

Pela execução da parceria em **desacordo com o objeto pactuado neste Termo**, e ainda **havendo inadimplência na Prestação de Contas**, fica a ASSOCIAÇÃO obrigado a **devolver todo o recurso recebido ao Município**, e o Município por sua vez, a proceder com a devolução aos cofres da União, conforme § 4º, Art. 8º do Decreto Municipal nº 476/2020.

Parágrafo Único: Expirado o Prazo Final para a apresentação da Prestação de Contas, caso haja inadimplência, a ASSOCIAÇÃO será notificado oficialmente a prestar defesa, caso não o proceda, o Município tomará as medidas cabíveis para o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Este Termo de Repasse poderá ser alterado em algumas de suas cláusulas, caso se trate de alterações que não envolvam valor (por se tratar de subsídio com valor pré-fixado) e nem prorrogação de prazo, haja vista o Decreto Legislativo nº 6/2020, ter fixado o prazo de execução até 31/12/2020.

Parágrafo único: A vigência deste Termo de Repasse somente poderá ser alterada mediante a solicitação, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo Simplificado de Repasse poderá ser rescindido caso ocorra manifestação justificada e oficializada por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.017/2020, Decreto nº 10.464/2020 e Decreto Municipal nº 476/2020 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Simplificado de Repasse e de seus eventuais Termos Aditivos, deverá ser publicado pela Prefeitura no Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Paragominas, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Paragominas, com expressa ênfase a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo Simplificado de Repasse, em três vias de igual teor e forma, que uma vez lido e acordado, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Paragominas-PA, 25 de Novembro de 2020.

PAULO POMBO TOCANTINS
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA LUCIANO
Secretária Mun. de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer

SANDERSON TIAGO SILVA CORREA
Associação de Voluntários Ataídes Gusmão

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Jorge Pascoa da Silva
Código Identificador:76CD4BC8

PREFEITURA MUN. DE PARAGOMINAS TERMO SIMPLIFICADO DE REPASSE Nº 006/2020

TERMO SIMPLIFICADO DE REPASSE DO SUBSÍDIO CULTURAL EMERGENCIAL – INCISO II, Art. 2º DA LEI Nº 14.017/2020 - ALDIR BLANC que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS E A ASSEDECP - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DE PARAGOMINAS, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS-PA**, inscrito no CNPJ nº 05.193.057/0001-78, com sede à Rua do Contorno, nº 1212, Bairro Célio Miranda – CEP: 68628-970, nesta cidade de Paragominas-PA, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Paulo Pombo Tocantins, CPF nº 247.065.312-68 e RG nº 3162133- PC/PA, através da **SECRETARIA DE MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, a **Sra. Maria Aparecida Luciano**, CPF nº. 308.677.703-68 e RG nº. 7255237-SSP/PA, residente e domiciliada à Travessa Salinópolis, Residencial das Palmeiras, Apto. 01, Bairro Angelim, Paragominas-PA, doravante denominada **PRIMEIRA ACORDANTE**, e a **ASSEDECP - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DE PARAGOMINAS** - inscrita no CNPJ Nº: 33.236.049/0001-05, localizado à Rua Tiradentes, 20, Bairro Vila Rica – Paragominas/PA, neste ato representada pelo **Sr Rui Francis Silva da Cruz**, brasileiro, solteiro, RG 411856-57 SSP/PA, CPF 793.740.182-68, residente e domiciliado à Rua Mário de Andrade nº 368, Bairro Promissão II, Paragominas-PA, doravante denominada **SEGUNDA ACORDANTE**, doravante denominado **SEGUNDO ACORDANTE**, tem entre si por certo e ajustado o quanto se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME

1.1- Este Termo Simplificado de Repasse obedece às regras instituídas pela Lei Federal nº: 14.017/2020 – ALDIR BLANC, Decreto Federal nº 10.464/2020 e Decreto Municipal nº 476/2020, que dispõem sobre as ações emergenciais destinadas ao Setor Cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Simplificado de Repasse tem por objeto o repasse do Subsídio Cultural - Inciso II, Art. 2º da Lei nº 14.017/2020, para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para o presente Termo Simplificado de Repasse, a importância de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

Parágrafo Único – O repasse será efetuado em **Parcela Única**, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 476/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA

Por se tratar de um Auxílio Emergencial, fica a ASSOCIAÇÃO dispensado de Contrapartida Financeira. Porém, de acordo com o Art. 9º da Lei 14.017/2020 e Art. 7º, §1º do Decreto Municipal nº 476/2020, o mesmo fica **OBRIGADO a cumprir a Contrapartida Econômica** mensurada em no mínimo **10% do valor subsídio recebido**, cuja contrapartida deverá ser realizada após o reinício de suas atividades (após final do período de calamidade pública em

31/12/2020, conforme o disposto no Decreto Legislativo nº 6/2020), através de ações destinadas, **prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita**, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com a SECULT - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, formalizada através da Proposta de Atividade de Contrapartida Economicamente Mensurável, com assinatura do gestor do Espaço Cultural, reconhecida em cartório.

Parágrafo Primeiro: A realização da Contrapartida Econômica deverá ser concluída no máximo 90 (noventa) dias a contar da data de repasse deste Termo, pois a mesma deverá ser comprovada juntamente com a Prestação de Contas do Subsídio recebido.

Parágrafo Segundo: Publicar em mídia social, no canal do You Tube da ASSOCIAÇÃO, as atividades relativas à Contrapartida Econômica, com destaque à logomarca da Lei nº 13.017/2020 – Aldir Blanc. O endereço eletrônico (LINK), onde foi publicada/divulgada as atividades, deverá ser informado no Relatório de Cumprimento do Objeto que compõe a Prestação de Contas;

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de ordem bancária na **Conta Corrente nº 61.673-7, Agência nº 0820-6 - Banco do Brasil**, apta ao bimento e movimentação dos recursos objeto deste Termo Simplificado de Repasse.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO- DOS RECURSOS:

Os recursos necessários à execução do objeto deste Termo, no valor global de **RS 10.000,00 (dez mil reais)**, a ser pago em parcela única e correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, conforme Orçamento Municipal/2020:

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer
Funcional Programática: 13.392.0403.2.167-Ações Emergenciais destinadas à Cultura- COVID-19
Natureza da Despesa: 33.50.41.00 – Contribuições
Fonte de Recurso: Lei Aldir Blanc – C/C 61.346-0 – B. Brasil

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

A-ASSEDECP - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA CULTURAL DE PARAGOMINAS, obriga-se nos seguintes termos:

- a) Iniciar a execução do objeto pactuado logo após a assinatura e publicação deste Termo Simplificado de Repasse;
- b) Facilitar a fiscalização pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, acerca da execução do objeto do presente Termo Simplificado de Repasse;
- c) Cumprir em sua integralidade, as exigências do presente Termo Simplificado de Repasse e seus anexos;
- d) Executar o objeto mencionado na Cláusula Primeira, bem como a Contrapartida Econômica Obrigatória descrita na Cláusula Quarta deste Termo Simplificado de Repasse;
- e) Prestar contas à Prefeitura Municipal de Paragominas, em até **120 (cento e vinte) dias**, a contar do recebimento da parcela do Subsídio, de acordo com o Art. 8º do Decreto Municipal nº 476/2020, **inclusive da Contrapartida Econômica**;
- f) Publicar em mídia social, no canal do You Tube da ASSOCIAÇÃO as atividades relativas à Contrapartida Econômica, de acordo com o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta deste Termo de Repasse;

g) Se responsabilizar pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar a terceiros, em decorrência da execução do objeto do presente Termo, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, obriga-se nos seguintes termos:

- a) Efetuar o valor estipulado neste Termo Simplificado de Repasse a ASSOCIAÇÃO Cultural beneficiário do Subsídio II, conforme o § 3º do Art 7º da Lei nº 14.017/2020;
- b) Promover a fiscalização da execução do Termo Simplificado de Repasse por meio da SECULT – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente Termo; bem como emitir o **Parecer Técnico de Comprovação da Contrapartida Econômica** executada pela ASSOCIAÇÃO beneficiário e encaminhá-lo à Superintendência Municipal de Prestação de Contas – SEMAFI;
- c) Emitir **Parecer Técnico de Aprovação e ou Reprovação da Prestação de Contas, assinado pela Superintendência da Prestação de Contas – SEMAFI**;
- d) Emitir o **Relatório de Gestão Final**, que deve ser elaborado pela SECULT e assinado pelo Gestor Operacional (Secretária Municipal de Cultura) e Gestor Recebedor (Prefeito Municipal), cujas informações contidas no Relatório, deverão ser inseridas na Plataforma Mais Brasil pela Superintendência Municipal de Prestação de Contas.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo para execução do presente Termo Simplificado de Repasse será até **31/12/2020**, contados a partir da sua data de publicação do Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A Prestação de contas final deverá ser entregue em até **120 (cento e vinte) dias** contados a partir do término da vigência do Termo de Repasse estipulado na Cláusula 8ª deste Termo; acompanhada da seguinte documentação:

- 9.1.1. Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas remetido à Superintendência de prestação de Contas – SEMAFI, em até 120 dias após o final da vigência estipulada na Cláusula 8ª deste Termo; em duas vias, devidamente assinadas pelo gestor do Espaço Cultural;
- 9.1.2. Os Comprovações de Despesas Realizadas (*cujos documentos deverão ser emitidos com datas que compreendam o período de vigência deste Termo Simplificado de Repasse*);
- 9.1.3. Extratos bancários da conta corrente e ou poupança, comprovando a movimentação dos recursos;
- 9.1.4. Parecer Técnico de Comprovação da Contrapartida Econômica, assinado pela Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer;
- 9.1.5. Demonstrativo de Execução da Receita e da Despesa;
- 9.1.6. Relação de Pagamentos Efetuados;
- 9.1.7. Relatório de Cumprimento do Objeto;
- 9.1.8. Conciliação bancária (quando for o caso);
- 9.1.9. Cópia dos recolhimentos de encargos, quando for o caso: Ex: ISS, INSS, IRRF;
- 9.1.10. Comprovante de devolução saldo final (quando for o caso).

9.2. Conforme o disposto nos § 1º e 2º do Art. 7º do Decreto Federal nº 10.464/2020, a Prestação de Contas de que trata este artigo deverá comprovar que o **subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário durante o período de isolamento social**. Tais gastos poderão incluir despesas realizadas com:

- I - internet;**
II - transporte;
III - aluguel;
IV - telefone;
V - consumo de água e luz e;
VI - outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

Pela execução da parceria em **desacordo com o objeto pactuado neste Termo**, e ainda **havendo inadimplência na Prestação de Contas**, fica a ASSOCIAÇÃO obrigada a **devolver todo o recurso recebido ao Município**, e o Município por sua vez, a proceder com a devolução aos cofres da União, conforme § 4º, Art. 8º do Decreto Municipal nº 476/2020.

Parágrafo Único: Expirado o Prazo Final para a apresentação da Prestação de Contas, caso haja inadimplência, o Gestor do espaço Cultural será notificado oficialmente a prestar defesa, caso não o proceda, o Município tomará as medidas cabíveis para o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

: Termo de Repasse poderá ser alterado em algumas de suas cláusulas, caso se trate de alterações que não envolvam valor (por se tratar de subsídio com valor pré-fixado) e nem prorrogação de prazo, haja vista o Decreto Legislativo nº 6/2020, ter fixado o prazo de execução até 31/12/2020.

Parágrafo único: A vigência deste Termo de Repasse somente poderá ser alterada mediante a solicitação, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo Simplificado de Repasse poderá ser rescindido caso ocorra manifestação justificada e oficializada por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.017/2020, Decreto nº 10.464/2020 e Decreto Municipal nº 476/2020 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Simplificado de Repasse e de seus eventuais Termos Aditivos, deverá ser publicado pela Prefeitura no Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Paragominas, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Paragominas, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo Simplificado de Repasse, em três vias de igual teor e forma, que uma vez lido e acordado, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Paragominas-PA, 25 de Novembro de 2020.

PAULO POMBO TOCANTINS
 Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA LUCIANO

Secretária Mun. de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer

RUI FRANCIS SILVA DA CRUZ

ASSEDECP - Associação Educacional Esportiva e Cultural de Paragominas

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Publicado por:

Jorge Pascoa da Silva

Código Identificador: B32BABFB

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

GABINETE DO PREFEITO - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2021

Lei nº 791/2020

"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2021 e dá outras providências."

O POVO DO MUNICÍPIO DE RIO MARIA, por seus representantes na Câmara Municipal, estatuí e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Ficam estabelecidas, em cumprimento ao § 2º do art. 145 da Lei Orgânica do Município de Rio Maria, e em atendimento às disposições da Seção II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, que compreendem:

- As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- a estrutura e organização dos orçamentos;
- as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- e
- as disposições gerais.

Em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101 de 2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

de Metas e Prioridades, elaborado de acordo com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal em conjunto com o § 2º do art. 145 da Lei Orgânica Municipal;

de Metas Fiscais, elaborado de acordo com o § 1º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

de Riscos Fiscais, elaborado de acordo com o § 3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

As metas e prioridades para o exercício de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal, não se